

Transição Agroecológica: Revisitando o Conceito a Partir das Experiências Desenvolvidas por Camponeses e Agricultores Familiares no Semi Árido Brasileiro e em Ambientes de Agricultura Modernizada no Sul do Brasil

Agroecological transition: reviewing the concept through the experiences developed by peasants and family farmers in the Brazilian Semi-Arid Region and in the modernized agriculture of Southern Brazil

SCHMITT, Claudia Job, CPDA/UFRRJ, claudia.js@oi.com.br; PETERSEN, Paulo Frederico, AS-PTA, paulo@aspta.org.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir acerca da noção de *transição agroecológica*, tomando como referência processos vivenciados por camponeses e agricultores familiares em duas regiões distintas: o Semi-Árido brasileiro e a agricultura modernizada do Sul do Brasil. Busca-se, com base na literatura existente, discutir as dimensões contidas na idéia de *transição agroecológica* e sua aplicação em ambientes rurais específicos. O texto reforça a percepção da transição para formas sustentáveis de manejo e gestão dos agroecossistemas como um movimento não linear de incorporação de princípios ecológicos à estruturação dos sistemas produtivos, envolvendo articulações complexas entre processos ecológicos e processos sociais, mobilizando percepções, identidades e a criação de novos parâmetros de sustentabilidade.

Palavras-chave: Agroecologia, agroecossistemas, sustentabilidade, processos ecológicos, processos sociais.

Abstract

This work considers the notion of agroecological transition, taking as references the processes experienced by peasants and family farmers in two distinct regions: the Brazilian Semi-Arid and the modernized agriculture of Southern Brazil. It tries to discuss, in the basis of the existing literature, the different dimensions encompassed by the idea of agroecological transition and its applications in specific rural environments. The text reinforces the perception of the transition to sustainable forms of agroecosystem management as a nonlinear movement of incorporation of ecological principles to the structuration of production systems, involving complex combinations of social and ecological processes, mobilizing perceptions, identities and the creation of new parameters of sustainability assessment.

Keywords: Agroecology, agroecosystems, sustainability, ecological processes, social processes.

Introdução

Os processos sociais e ecológicos envolvidos na transição para formas sustentáveis de manejo dos agroecossistemas têm sido analisados através de diferentes enfoques. Estes incluem tanto abordagens circunscritas, privilegiando aspectos técnico-produtivos relacionados à conversão de sistemas produtivos convencionais para sistemas de base ecológica, como análises mais abrangentes, que tentam focar as dimensões ecológicas, sociais, econômicas e culturais presentes no que se convencionou chamar de *transição agroecológica*.

O final dos anos 70 e início dos anos 80 viu surgir, nos EUA, na Europa, e, posteriormente, em países do Terceiro Mundo, uma série de análises comparativas entre sistemas convencionais e orgânicos, centradas tanto em cultivos específicos como na avaliação do desempenho de unidades de produção agrícola em seu todo (ver, por exemplo, OELHAF, 1978). Trabalhos mais recentes, a exemplo do estudo realizado por Badgley et al, buscaram, através de técnicas de

Resumos do VI CBA e II CLAA

modelização, ampliar o alcance desses resultados, discutindo a capacidade da agricultura orgânica de atender à demanda mundial de alimentos (BADGLEY et al, 2007). Estudos sobre o perfil dos “agricultores orgânicos ou agroecológicos” em comparação com os “agricultores convencionais” também integram a literatura produzida nas últimas décadas sobre o tema (ASSIS e ROMEIRO, 2007).

As abordagens agroecológicas sobre a transição para uma agricultura sustentável agregam a este debate uma série de elementos no que diz respeito às formas de organização econômicas e sociais capazes de dar sustentação a um novo modelo de agricultura e de desenvolvimento rural. Grande parte da literatura inspirada por um enfoque agroecológico (compreendido, aqui, como uma configuração aberta e plural) estabelece uma forte ligação entre as formas produtivas e de organização social características da agricultura camponesa e familiar e o manejo ecológico dos agroecossistemas (GUZMÁN, 2006).

Para Toledo as culturas tradicionais, sobretudo indígenas, são portadoras de “*cosmovisões e modelos cognitivos, estratégias tecnológicas e formas de organização social e produtiva (...) mais próximas de um manejo adequado da natureza*” (TOLEDO, 1992).

Segundo Ploeg, um dos traços distintivos da condição camponesa é a permanente criação de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, através de uma interação constante entre os seres humanos e a natureza viva. Nesse processo de co-produção, os recursos não são apenas transformados em diferentes tipos de bens e serviços, mas são também reproduzidos como recursos produtivos. “*O desenvolvimento da agricultura e a base de recursos na qual ele se apóia, coincidem e concretizam-se na emancipação do campesinato*” (PLOEG, 2008, p.42).

O controle e fortalecimento de sua base de recursos constituem-se, para os camponeses e agricultores familiares, em um processo de luta por autonomia, que não se encerra no espaço da unidade produtiva, envolvendo um movimento ativo de criação de “*coisas, recursos, relações e símbolos*”, mobilizando interações sociais que se estabelecem em diferentes escalas (PLOEG, 2008, p.43). Dentro de uma perspectiva agroecológica torna-se, portanto, fundamental, buscar compreender a articulação existente entre as estratégias de reprodução econômica e social desenvolvidas por camponeses e agricultores familiares, em diferentes ambientes rurais, e os processos de reconexão da agricultura aos ecossistemas locais subjacentes à transição para uma agricultura sustentável.

Mais importante do que atribuir aos camponeses e agricultores familiares uma “racionalidade ecológica” própria, que os diferenciaria, *a priori*, das formas de produção agrícola dominantes, é justamente investigar a diversidade de processos individuais e coletivos através dos quais estes grupos buscam manter ou retomar o controle e a capacidade de gestão sobre os recursos naturais, a exemplo do que vem ocorrendo no Semi-Árido Brasileiro e em ambientes de agricultura modernizada do Sul do Brasil.

Os vários caminhos da transição

Tentar construir uma visão de conjunto dos processos de *transição agroecológica* desenvolvidos, nas últimas décadas, nas diferentes regiões do Brasil, constitui-se, antes de tudo, em um grande desafio. A base de informações existente acerca destas iniciativas de inovação socioambiental ainda se encontra bastante dispersa, envolvendo uma literatura produzida a partir de objetivos distintos e tendo como referência uma grande diversidade de recortes espaciais e temporais. Raríssimos são os estudos que se dedicaram a monitorar estes processos de transformação dos sistemas produtivos e de organização política e social de forma continuada, ao longo do tempo. Mesmo assim, a análise do material disponível revela a riqueza e, ao mesmo tempo, a grande

diversidade das dinâmicas de transformação em curso.

O estudo comparativo das experiências de transição agroecológica vivenciadas por camponeses e agricultores familiares em duas regiões distintas, ou seja, o Semi-Árido Brasileiro e as regiões de agricultura modernizada do Sul do Brasil, com base na literatura existente, permite identificar diferentes estratégias de ruptura com o paradigma tecnológico imposto pelo processo de modernização da agricultura.

Estes processos não se restringem à incorporação, pelos agricultores, de inovações tecnológicas “alternativas” às tecnologias disseminadas pela Revolução Verde. Trata-se, mais do que isso, de um esforço contra-hegemônico de reconstrução das bases sociais e ecológicas de reprodução da agricultura camponesa e familiar, fenômeno este que vem sendo vivenciado, também, em outras partes do mundo. Nesse movimento, que não se encontra, de modo nenhum, isento de contradições e conflitos, vão sendo redefinidas identidades, estratégias, práticas, relações e redes.

No caso do Semi-Árido, ambiente que abriga em si uma grande diversidade, os processos de inovação socioambiental em nível local, em sua trajetória de articulação, sobretudo no âmbito da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), fomentaram o surgimento de um conceito específico, a *Convivência com o Semi-Árido*, que emerge historicamente, em contraposição à visão convencional de *Combate à Seca*, e que vem se construindo em estreito diálogo com a abordagem agroecológica.

A *Convivência com o Semi-Árido*, como conceito, integra não apenas o manejo sustentável dos recursos naturais da região, mas aponta, também, para formas próprias de gestão desses recursos, através da organização participativa e solidária das comunidades e de uma distribuição mais equitativa do acesso à terra, à água e meios de produção. Na prática, traduz-se em um conjunto de estratégias que não se limitam à incorporação de inovações tecnológicas específicas - barragens subterrâneas, cisternas de placas, cercas vivas, silagem, adubação verde (ver experiências cadastradas no sistema Agroecologia em Rede). Remetem, mais do que isso, a novas formas de articulação entre processos ecológicos e processos sociais, possibilitando a valorização dos recursos existentes, sua estocagem (como estratégia de segurança e minimização de riscos) e sua combinação em novos arranjos descentralizados, que buscam reforçar a autonomia das famílias e das comunidades locais e reverter o intenso processo de degradação ambiental em curso na região (PETERSEN e MARÇAL, 2007) (SILVA, 2008). Estas transformações não podem ser compreendidas, unicamente, a partir da análise e comparação entre diferentes unidades produtivas, envolvendo relações e redes que se estendem para além dos limites do estabelecimento agrícola.

Nas regiões de agricultura modernizada do Sul do Brasil, o redimensionamento das relações que os camponeses e agricultores familiares estabelecem, tanto com o mercado de insumos como com o mercado de produtos agrícolas, torna-se um fator chave na transição para uma agricultura de base ecológica (OLIVEIRA, 2007); (SCHMITT, 2001). Trata-se, aqui, de uma forma mais intensa do que no Semi-Árido, onde a modernização não se expressou numa disseminação generalizada do pacote tecnológico da Revolução Verde, de buscar reverter o movimento de externalização do processo de reprodução das unidades produtivas ocorrido nas últimas décadas, reforçando a diversificação produtiva, a produção para o autoconsumo, o uso flexível e múltiplo dos recursos e a inserção nos mercados locais. A exemplo do que ocorre no Semi-Árido, esse processo se estende para além das fronteiras das unidades produtivas, implicando na estruturação de novas redes sociais e, frequentemente, gerando rupturas nas relações construídas com os agentes sociais engajados na reprodução dos “sistemas convencionais”,

ainda que “redes convencionais” e “redes alternativas” estejam, muitas vezes, imbricadas.

Trabalhos de pesquisa têm chamado atenção para o fato de que a identidade de agricultor ecologista, utilizada por alguns grupos de agricultores no Sul do Brasil, se constrói em contraposição aos chamados “agricultores convencionais”, aqueles que utilizam adubos químicos, “venenos” e outras práticas “não ecológicas” (ALVES, 2004). A inserção em circuitos diferenciados de comercialização é, em muitos casos, uma dimensão importante no processo de construção desta identidade. Ao mesmo tempo, a idéia de autonomia na definição do que produzir, como produzir e para onde comercializar, também está presente, inclusive na forma como a agroecologia passa a ser definida no âmbito das redes, como, por exemplo, a Rede Ecovida de Agroecologia (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2007)

Algumas reflexões

O processo de transição agroecológica tem sido conceptualizado de diferentes maneiras. Para Costabeber, por exemplo, trata-se de um “...*processo gradual de mudança (...) nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um sistema de produção "convencional" (que pode ser mais ou menos intensivo em insumos externos), a um outro sistema de produção, que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica*” (COSTABEBER, 1998, p.141). Merece destaque o fato de que o autor amplia a abrangência da definição ao processo de gestão dos agroecossistemas, o que remete, necessariamente, às formas como são distribuídos e controlados os recursos direta ou indiretamente envolvidos da produção agrícola e extrativista, particularmente a terra, a água e a biodiversidade.

Entende-se, no entanto, que a noção de transição agroecológica, como recurso analítico encontra-se, ainda, em construção. A constatação de que a mesma não se limita ao processo técnico de conversão de sistemas convencionais de produção (pouco diversificados e dependente de insumos externos) para sistemas diversificados e auto-suficientes, agrega complexidade a sua aplicação. Ao ser entendida como um processo que implica simultaneamente na reconexão da agricultura aos ecossistemas locais e no fortalecimento da autonomia dos camponeses e agricultores familiares na produção e reprodução de sua base de recursos, passa a envolver um conjunto mais amplo de dimensões, remetendo, necessariamente, a um debate sobre modelos de desenvolvimento.

Nos contextos estudados, ou seja, o Semi-Árido brasileiro e as regiões modernizadas do Sul do Brasil, esta noção está sendo reconstruída na heterogeneidade das práticas dos camponeses e agricultores familiares, dando origem a diferentes expressões de ruptura com as práticas técnico-produtivas e de organização social disseminadas pela Revolução Verde. Com base nas experiências históricas destas populações, que vão sendo atualizadas nos conflitos do presente emergem, também, novas referências conceituais, a exemplo do conceito de Convivência com o Semi-Árido, que tornam possível uma recontextualização dos saberes, das práticas e das formas de organização econômicas e sociais instituídas.

Em cada uma dessas regiões, a luta dos camponeses pelo controle de suas capacidades e recursos implica em estratégias diferenciadas de acesso aos recursos produtivos, de manejo e gestão dos agroecossistemas ao nível das unidades produtivas, de interconexão entre processos locais de inovação e de relação com os mercados e com os diferentes agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento rural. E é na interação entre essas diferentes dimensões, em formas oscilantes e não lineares, que podemos reconstruir, para cada ambiente específico, as dimensões constitutivas do processo de transição agroecológica.